

ATA Nº23

----- **Ata da sessão extraordinária, da Assembleia Municipal de Vagos, realizada no dia 26 de março de dois mil e vinte e um.** -----

-----Ao vigésimo sexto dia do mês de março de dois mil e vinte e um, pelas dezoito horas e trinta e cinco minutos, através de sistema de videoconferência, e em cumprimento do disposto no n.º 3, do artigo 3.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, na redação atual, reuniu a Assembleia Municipal de Vagos, em sessão extraordinária, sob a presidência do senhor Rui Manuel Domingues Santos e secretariado pelos senhores Maria Helena Marques dos Santos e Victor Fernando dos Santos Neto com a seguinte **ordem de trabalhos**: -----

-----**A – Intervenção do Público**; -----

-----**B – Período da “ordem de trabalhos”**: -----

-----**PONTO UM: PLANO DE URBANIZAÇÃO DE VAGOS (PUV) – ALTERAÇÃO – APROVAÇÃO**;

-----**PONTO DOIS: CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO DE MÉDIO E LONGO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE 690.000,00 € (SEISCENTOS E NOVENTA MIL EUROS) - REQUALIFICAÇÃO DA ZONA INDUSTRIAL DE VAGOS – MINUTA DE CONTRATO – AUTORIZAÇÃO**; -----

-----**PONTO TRÊS: CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO DE MÉDIO E LONGO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE 550.000,00€ (QUINHENTOS E CINQUENTA MIL EUROS) – CENTRO NÁUTICO E PISCATÓRIO DA PRAIA DA VAGUEIRA – MINUTA DE CONTRATO – AUTORIZAÇÃO**; -----

-----**PONTO QUATRO - CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO DE MÉDIO E LONGO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE 1.000.000,00€ (UM MILHÃO DE EUROS) - EIXO PARA A COMPETITIVIDADE – LIGAÇÃO DA ZONA INDUSTRIAL DE VAGOS À A17 – AQUISIÇÃO DE TERRENOS – MINUTA DE CONTRATO – AUTORIZAÇÃO**. -----

-----Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes membros da Assembleia Municipal: ----

-----Juan Carlos Ferreira Martins, José Augusto Ferreira Martins, Andreia Pereira Santos Marques, Nuno Roberto Rodrigues Moura, Tony Richard de Oliveira Almeida, Sérgio Martins, Xavier Prior Neto, Madalena Marques Santos Simões Pinto, Hermes Jorge Rodrigues Fernandes, Liliana Barreira, e Hugo Jorge em substituição de Elisabete Costa Pequeno, eleitos na lista do PSD; -----

-----Basílio de Oliveira, Jorge Henrique da Graça Pereira, Paulo Alexandre Ferreira Malta e Patrícia Neves Ferreira, eleitos na lista do CDS. -----

----- Óscar Gaspar e Bruno Julião, eleitos na lista do PS. -----

----- Iguamente compareceram os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia assim distribuídos: Filipe Tiago da Silva Ribeiro Jorge, Presidente da Junta de Freguesia de Calvão; Albano Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Fonte de Angeão e Covão do Lobo; Arlindo Neves, Presidente da Junta de Freguesia de Gafanha da Boa Hora; Hugo Miguel Nunes Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Ouca; Silvério de Jesus Rua, Presidente da Junta de Freguesia de Ponte de Vagos e Santa Catarina; Amílcar de Oliveira Raimundo, Presidente da Junta de Freguesia de

Santo André de Vagos, Nelson Costa Cheganças, Presidente da Junta de Freguesia de Soza e Fernando Julião, Presidente da Junta de Freguesia de Vagos e Santo António. -----

----- Faltaram à presente sessão as senhoras Deputadas Elisabete Pequeno e Maria Pedro Silva.

----- Da Câmara Municipal estiveram presentes os seguintes membros: o senhor Presidente da Câmara Municipal, Silvério Rodrigues Regalado, o senhor Vice-Presidente da Câmara, João Paulo Sousa Gonçalves, e os Vereadores, senhora Sara Caladé, senhora Susana Gravato, senhor Pedro Miguel Carvalhais Bento e o senhor João Domingues. -----

----- **A – Intervenção do Público;** -----

----- Não houve nenhuma inscrição para intervenção do Público. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o período da ordem de trabalhos. -----

----- **B – Período da “ordem de trabalhos”:** -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto um da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara ordinária do dia 18 de março de 2021. -----

----- **PONTO UM: PLANO DE URBANIZAÇÃO DE VAGOS (PUV) – ALTERAÇÃO – APROVAÇÃO;**

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal fez uma breve apresentação do ponto, de acordo com informação previamente enviada a todos os membros da Assembleia Municipal. Entretanto, solicitou autorização à Mesa para que o Chefe da Divisão de Planeamento e Obras Públicas, Nuno Carvalho, fizesse uma breve apresentação do Plano de Urbanização de Vagos. No final o senhor Presidente disponibilizou-se para esclarecimentos adicionais. -----

----- O senhor Deputado Jorge Pereira usou da palavra para fazer algumas apreciações sobre o assunto. A verdade é que para haver alterações o plano teria algumas restrições, e nunca se saberá se essas mesmas restrições afastaram ou não investimentos do Concelho, mas é de louvar esta nova correção do PUV com vista a melhorar as condições. Relativamente às obras a verdade é que a ideia que a população tem é que os processos são bastante morosos e que os serviços da Câmara Municipal demoram a responder a requerimentos e solicitações, o que não abona a favor do Executivo. Que esta terceira alteração seja sinónimo do aumento de criação de condições para uma maior captação de investimento, quer em quantidade quer em qualidade, para o Concelho e para uma maior simplificação dos procedimentos administrativos. Em relação à questão do “virado para a Ria” o senhor Deputado pergunta se os prédios que estão a ser construídos no Centro da Vila já estão de acordo com este novo plano ou se ainda estão com as regras antigas. -----

----- O senhor Deputado Juan Martins usou da palavra para fazer uma pequena observação. Este regulamento é a adaptação à realidade e louva a atenção que o Executivo tem tido para as situações que surgem e o trabalho que os técnicos da Câmara Municipal têm feito. É um documento que vem à Assembleia Municipal para que se tome uma posição política e o grupo municipal do PSD irá votar favoravelmente. Tudo o que for a favor da melhoria das condições da população de Vagos e dos investimentos que venham, o PSD está sempre a seu lado. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e referiu que este é um tema importante para todos os Vaguenses e a questão que se coloca, desde logo, é porque é que é feita esta revisão.

O documento que foi remetido aos membros da Assembleia e que é da CCDR é, na perspetiva do senhor Deputado, bastante importante. Em relação à justificação aquilo que diz é o seguinte: *A deliberação da Câmara Municipal para alterar o Plano de Urbanização é fundamentada na necessidade de ajustar as regras do Plano de Urbanização à nova realidade e dinâmicas de investimento incentivando à política de reabilitação do Centro da Vila com o objetivo de capturar mais turistas e dar resposta às pretensões que vão aparecendo.*” Ao senhor Deputado parece-lhe correta esta pretensão embora minimalista. Esta ideia de capturar mais turistas para uma alteração regulamentar do Plano, ter aqui uma “enchente” de turistas não parece exatamente uma relação muito conseguida. Por outro lado, o senhor Deputado percebe bem a explicação em relação ao facto de isto ser uma alteração regulamentar, mas curiosamente o que diz também o documento da CCDR é o seguinte: *“em vinte e dois de março de dois mil e dezoito a Câmara Municipal deliberou dar início à 3ª alteração do PU de Vagos, decisão publicada através de aviso... estipulando o prazo de elaboração de quinze meses. Contudo, este procedimento caducou por incumprimento do prazo estabelecido para a sua conclusão, tendo a Câmara Municipal, em vinte e três de julho, deliberado iniciar esta alteração que hoje estamos aqui a apreciar.”* De facto aquilo que deveria estar em cima da mesa, mais importante que todo o resto, era uma alteração ao Plano de Urbanização, porque como foi dito este Plano tem mais de vinte anos, foi aprovado em mil novecentos e noventa e nove, e embora em alguns aspetos se mantenha muito válido a verdade é que a realidade toda se alterou e, portanto, há que alterar em conformidade. Na discussão pública que houve sobre esta alteração, apenas houve quatro alterações, e nenhuma delas foi acolhida exatamente porque não têm a ver com a parte regulamentar e sim com a parte mais substantiva do Plano, e em relação a isso nada é dito. Depois, em relação às questões em concreto a conclusão que o senhor Deputado tira é que no fundo há maior possibilidade de construção, ou seja, em Vagos passa-se a construção de oito para dez fogos e no Lombomeão de quatro para seis fogos. Entretanto, há também alterações no sentido de acabar por haverá possibilidade de aumento de mais espaço nas caves e nos anexos, ou seja, no fundo há uma valorização do espaço que já hoje é para urbanizar. Isto é o que é, não é nenhuma crítica direta, é na perspetiva do senhor Deputado uma constatação. O senhor Deputado pergunta ao senhor Presidente da Câmara o que é feito do relatório do estado do Ordenamento do Território, o GEOT. A lei prevê, tanto quanto se sabe, a sua obrigatoriedade de quatro em quatro anos e que o senhor Deputado se recorde esta questão nunca veio à Assembleia Municipal e também consultando o site da Câmara o GEOT aparece em branco e, por isso, pergunta o que é que se passa. Em conclusão, o que está em cima da mesa, para ser apreciado, é positivo, é uma alteração que vai no sentido de adaptar aos novos tempos, mas acaba por ser uma oportunidade perdida. Tal como diz o senhor Deputado não se deviam estar aqui a discutir alterações administrativas e sim aquilo que realmente se pretende um Plano de Urbanização para Vagos. -----

----- O senhor Deputado Nuno Moura usou da palavra e referiu que se devem respeitar as regras e lamenta que o Chefe da Divisão de Planeamento e Obras Públicas da Câmara Municipal, Nuno Carvalho, não tenha tido mais tempo para falar sobre o PUV, porque seria muito importante quer para os membros da Assembleia Municipal quer para as pessoas que estão a assistir. A explicação

e apresentação seria muito importante para que todos percebessem as alterações que foram feitas. Entretanto, felicitou a Câmara Municipal porque se pode perceber que o Plano que existe, apesar de ter vinte anos, é um Plano que na sua maioria ainda está adequado àquilo que se aplica hoje em dia e, se bem percebeu, a justificação da captação de turistas para o Concelho foi uma forma de se conseguir levar junto da CCDR esta alteração. A justificação não é só esta, mas foi uma forma de justificar esta alteração, sendo uma forma mais rápida de se conseguir alterações ao Plano existente, não do ponto de vista das plantas que não fazem parte, mas do ponto de vista que as regras a ele se aplicam, e, portanto, de certa forma foi inteligente da parte do Executivo Municipal a possibilidade que arranjou de fazer uma alteração ao Plano em tempo recorde, porque caso se alterasse as plantas isso demoraria muito mais tempo. Desta forma, os munícipes de Vagos saem, na opinião do senhor Deputado, beneficiados com esta pequena alteração, sendo certo que se aguarda uma alteração das plantas no futuro. -----

----- O senhor Presidente da Câmara usou da palavra e pediu autorização à Mesa para a senhora Vereadora Sara Caladé responder a algumas das questões colocadas. -----

----- A senhora Vereadora Sara Caladé usou da palavra e em relação aos prédios no Centro da Vila ainda não há processo de licenciamento dos prédios em concreto. O que está licenciado naquela zona são as demolições, tem um alvará de demolição e é isso que está a ser feito. Relativamente aos projetos dos prédios que vão ser construídos, ainda não deram entrada, estão a obter os pareceres das várias entidades e estão a ser realizadas reuniões técnicas com a Câmara Municipal para elaborar esses projetos, mas ainda não estão concluídos e, portanto, o processo ainda não deu entrada na Câmara Municipal. Em relação ao atraso nos processos, referido pelo senhor Jorge Pereira, a senhora Vereadora respondeu que não é verdade o que foi dito. A Câmara Municipal tem, ano após ano, recuperado os prazos de resposta e, neste momento, respondesse dentro de um tempo muito útil e dentro dos prazos previstos. O que acontece muitas das vezes é que os técnicos externos não respondem eles próprios dentro dos prazos previstos nem entregam os processos devidamente instruídos. Em relação ao PUV o que está aqui em causa não é uma revisão, conforme foi referido pelo senhor Deputado Óscar Gaspar, e sim uma alteração. A questão de terem existido quatro participações e que não foram atendidas, porque tem a ver com classificação do solo. Estas revisões em termos regulamentares vão permitir e vão beneficiar todo o território abrangido pelo PU. As quatro intervenções que foram pedidas eram alterações de classificação de solo que beneficiavam apenas as quatro pessoas que estavam em causa e os seus pedaços de terra. Estas revisões foram feitas nesta altura, e como foi referido, o Plano tem-se mostrado útil e eficaz e por isso é que está em vigor há tanto tempo. Entretanto, foi-se reparando em pequenos ajustes que eram necessários fazer e que a Câmara Municipal vai reparando quando analisa os processos de construção e, por isso, foi preciso fazer algumas destas adaptações e que se pareceu que desta forma se responderia melhor às necessidades da população. Muitas destas revisões, como por exemplo o aumento de fogos, prendeu-se com o facto de se ter revogado o PP do Bairro da Corredoura. Com esta revogação passou a aplicar-se o PU e a Câmara Municipal não quis que isso fosse penalizador e colocou-se aqui este aumento de fogos, de oito para dez. Entretanto, com a

questão dos índices de construção não é propriamente um aumento, 1.2 que passa para 1.6. é um aumento efetivo, mas se forem feitas as contas 1.2 não dava para os quatro pisos que já estava previsto no Plano, se forem feitas as contas com o índice que era de 0.4. esta era uma gralha que vinha do regulamento que agora apenas foi corrigida e que não se traduz propriamente num aumento. Algumas destas adaptações, nomeadamente a profundidade das construções, já em dois mil e quinze no regulamento tinha-se verificado que não havia justificação para que as profundidades tivessem aquele limite e foi alterado no regulamento municipal, mas neste estava ainda com essa limitação e foi feita essa alteração. -----

----- O senhor Presidente da Câmara usou da palavra e explicou que se iniciou o processo de revisão do PU em dois mil e dezoito e depois não se avançou com ele e avançou-se, sim, com esta alteração regulamentar porque tem a ver com uma outra questão que já se fez e que, entretanto, já se encontra numa fase final, embora ainda haja muito caminho a percorrer, que é a alteração do Plano Diretor Municipal. Por isso, ficou um pouco de lado esta revisão do PU para apostar na alteração do PDM. Além disso, as questões que foram surgindo nestes últimos sete anos foram resolvidas com esta alteração regulamentar. Quanto ao relatório, que o senhor Deputado Óscar Gaspar refere, de facto a Câmara Municipal nunca elaborou esse relatório e está, neste momento, a tratar dessa questão. Hoje, as responsabilidades que recaem sobre as Câmaras Municipais são muitas, os serviços técnicos da Autarquia são cada vez mais reduzidos e não se torna fácil resolver todas as questões. O senhor Presidente compromete-se aqui a que ainda durante este ano se termine o trabalho que já começou a ser feito pela Divisão de Planeamento e Obras Públicas. Entretanto, o senhor Presidente da Câmara informou os membros da Assembleia Municipal que caso haja interesse a apresentação que foi preparada pelo senhor Nuno Carvalho será disponibilizada para que assim o entender. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com os votos a favor do grupo municipal do PSD e do grupo Municipal do CDS-PP e com a abstenção do grupo municipal de PS, que apresentou declaração de voto. *“O Partido Socialista abstém-se nesta votação porque, embora entenda que esta Alteração ao Plano de Urbanização tem aspetos positivos, é uma alteração no bom sentido e que melhora os procedimentos para que os vaguenses, mas entende, e até foi reconhecido pela própria Câmara Municipal, que é importante haver uma revisão também do próprio Plano de Urbanização. O Plano de Urbanização revisto permitirá evoluirmos em termos da Reabilitação Urbana da Vila de Vagos em termos de modernizar tudo o que tem a ver com os novos desafios da nossa Vila.”* -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto dois da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara ordinária do dia 19 de março de 2021. -----

-----PONTO DOIS: CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO DE MÉDIO E LONGO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE 690.000,00 € (SEISCENTOS E NOVENTA MIL EUROS) - REQUALIFICAÇÃO DA ZONA INDUSTRIAL DE VAGOS – MINUTA DE CONTRATO – AUTORIZAÇÃO; -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal fez uma breve apresentação do ponto, de acordo com informação previamente enviada a todos os membros da Assembleia Municipal, e no final disponibilizou-se para esclarecimentos adicionais. -----

----- O senhor Deputado Jorge Pereira usou da palavra e referindo-se ao documento em concreto a informação prestada diz que é um empréstimo a vinte anos com uma taxa de juro bastante atrativa, 0,89%. É um empréstimo que vai custar ao bolso dos contribuintes vinte e sete mil euros em juros, as custas do processo andam à volta dos mil e setecentos euros. Em relação às outras propostas é uma boa notícia, apesar da base da taxa do empréstimo do PAEL ser um pouco mais baixa, 0,71%, mas também era na ordem de grandeza dos dois milhões de euros. Há muito que o grupo municipal do CDS-PP chama à atenção para o quase abandono que a ZIV tem sofrido ao longo dos anos, como por exemplo os arruamentos em péssimo estado, permanente falta de manutenção que dificulta muito a ação dos empresários que investem no Concelho e dos milhares de trabalhadores que lá trabalham. Ambos merecem maior apoio da Câmara Municipal nem que seja para lhe criar condições estruturais e de acessos para se manterem competitivos. A verdade é que o Executivo Municipal *“parece aquele casal que tem três filhos, mas que só presta atenção ao mais novo e que até se esquece dos outros dois.”* A atenção está toda virada para a Zona Industrial de Soza, tudo muito bonito, tudo muito novo, e a Zona Industrial de Vagos é relevada para segundo plano. O parque Empresarial de Ponte de Vagos também está praticamente ao abandono e com as infraestruturas um pouco ao abandono também. O que se espera é que este dinheiro que está aqui a ser pedido seja bem aplicado sem derrapagens financeiras, quer ao nível da própria obra, quer das restantes questões, para que no fim das obras todos estejam de acordo com os melhoramentos feitos na ZIV e que os empresários que lá estão continuem a investir em Vagos e que se criem condições para que novas empresas se venham instalar no Concelho de Vagos. Que seja tudo feito para melhorar as condições do Concelho e, por isso, contará com o voto a favor do grupo municipal do CDS-PP, que cá estará para “fiscalizar” o cumprimento e o bom desenrolar de todo o processo. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e referiu que o que se está a discutir neste ponto, e nos dois seguintes, é um endividamento da Câmara Municipal na ordem dos dois milhões e duzentos e tal mil euros, é isto que está em causa. Esta Assembleia Municipal Extraordinária é basicamente para aprovar, de forma extraordinária, estes três empréstimos. Não é normal, pelo menos o senhor Deputado não se recorda, muitas Assembleias Municipais em que tenha havido a contração de três empréstimos desta ordem de grandeza. O que está aqui em causa é estar a comprometer o Município para vinte anos, este mandato e os próximos. Em relação a uma questão do ponto anterior o senhor Presidente referiu que reconhece que o GEOT está em atraso e que o apresentará até ao final do ano. O senhor Deputado relembra o senhor Presidente que no final do ano já não é este mandato e, portanto, não se sabe quem será o Presidente da Câmara em dezembro. É um compromisso assumido, mas que não se sabe se pode cumprir. Em relação a este ponto em concreto este procedimento foi lançado em relação a uma série de bancos e o senhor Deputado ficou perplexo por não ter sido consultada a Caixa Geral de Depósitos e, por isso, perguntou se há aqui algum problema, ou algum preconceito, com o banco público. Por outro lado,

sendo certo que o pedido foi para vinte anos, sem carência, a verdade é que as propostas aparecem com uma carência até vinte e quatro meses, ou seja, os primeiros dezoito meses em que há utilização de capital não tem amortização de capital. Ao contrário daquilo que foi pedido pela Câmara Municipal considera-se desde o momento zero, desde o primeiro semestre, que há utilização completa do montante de financiamento. O senhor Deputado quer que o senhor Presidente esclareça se aqui se fala em financiamentos sem carência de capital e, portanto, haverá amortização de capital logo que seja utilizado. -----

----- O senhor Deputado Nuno Moura usou da palavra e referiu que não costuma interferir no modo como o senhor Presidente da Mesa gere os trabalhos. No entanto, deixa um aviso, ou seja, que da próxima vez que o senhor Deputado Óscar Gaspar se inscreva para falar sobre um ponto da ordem de trabalhos fale sobre esse ponto. O senhor Deputado Óscar Gaspar abordou neste ponto um assunto do ponto anterior, usando tempo a que não tinha direito. Isto não é uma opinião é uma interpretação do Regimento aprovado. Relativamente a estes três empréstimos, que se estão aqui a discutidos e irão ser votados, dizem respeito a matéria que já foi votada por esta Assembleia Municipal e que deu autorização à Câmara Municipal para avançar com estes processos. Entretanto, felicitou o Executivo Municipal pela coragem que tem em avançar com estas obras estruturantes para o Concelho, nomeadamente esta do ponto dois, a Ligação da Zona Industrial de Vagos ao Parque Empresarial de Soza, a A17 à A25, sem esperar por Fundos Comunitários. Do ponto de vista do grupo municipal do PSD tem sido muito benéfico para os munícipes de Vagos o facto deste Executivo sempre que pode e sempre que tem essa possibilidade recorrer a Fundos Comunitários para que não se onere mais o Município nas obras que se têm realizado. Aliás, essa é uma das vertentes que facilmente se consegue detetar, quando se tem feito obra e ao mesmo tempo se tem reduzido a dívida do Município. O senhor Deputado pergunta em termos da dívida do Município qual é o impacto que estes empréstimos vão ter. -----

----- O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para responder às questões colocadas. Em relação à questão das condições do empréstimo elas foram autorizadas pela Assembleia Municipal em dezembro do ano passado. E, portanto, não foi nada diferente daquilo que esta Assembleia aprovou. Relativamente à questão de a Câmara Municipal dar mais atenção a um Parque Empresarial em detrimento de outros, na opinião do senhor Deputado Jorge Pereira, o senhor Presidente esclareceu que *“quando se gere o orçamento de uma casa, quer ela tenha três filhos, ou tenha cinco ou dez, garantidamente que se houver dinheiro para comprar uma casa de certeza que não há dinheiro para comprar um carro novo.”* O que acontece é que os recursos da Câmara Municipal também são escassos, mas o senhor Deputado incorre num erro, ou seja, estar a fazer essa acusação na Assembleia Municipal em que se vem aqui aprovar dois empréstimos, um para requalificar a Zona Industrial de Vagos e outro para dar início à ligação da ZIV à A17, de facto não faz muito sentido *“é um tiro ao lado”*, não está de acordo com a realidade que se está aqui hoje a discutir. A Câmara Municipal está a aposta bastante na requalificação da ZIV e na melhoria das suas acessibilidades, tal como já foi feito em Ponte de Vagos, onde se requalificou o acesso Rines-Sanchequias, um grande investimento que a Câmara Municipal fez, que beneficia não só os

particulares como as empresas que estão localizadas no Parque Empresarial de Ponte de Vagos que ainda está na sua fase inicial. Há a consciência de que ainda há muitas infraestruturas para fazer, mas também já foram feitas muitas coisas, nomeadamente ao nível do planeamento que é a matéria base para qualquer projeto de investimento, tal como se está a fazer em Covão do Lobo ou em Santa Catarina. No Covão do Lobo já foram adquiridos uma série de terrenos para se fazer investimento mais a sul do Concelho. O que o Executivo Municipal quer é com os recursos escassos que tem de chegar a todo o lado. Em relação à questão da carência, o empréstimo não tem carência, como referiu o senhor Deputado Óscar Gaspar, a partir do momento que tenha utilização total será iniciada a amortização de capital e o pagamento de juros. Relativamente ao facto de se estar hoje a aprovar cerca de dois milhões de empréstimos, e ser uma coisa única é verdade, é uma coisa única, que aliás está em linha com aquilo que são as definições que o Governo permitiu às Autarquias Locais de forma extraordinária durante o ano de dois mil e vinte e um para haver este tipo de empréstimos que ajudarão à dinamização da economia. Neste plano de recuperação pós COVID e o Governo estipulou que dois mil e vinte e dois mil e vinte e um, os empréstimos obtidos que tenham acesso a Fundos Comunitários não contam para a capacidade de endividamento do Município e é possível durante estes dois anos o Município utilizar os 100% de capacidade de endividamento. No caso concreto o Município de Vagos deixa de poder só utilizar um milhão de euros e passa a poder utilizar cinco milhões de euros da capacidade de endividamento que tem e que é calculado de acordo com a lei. Tudo isto está exatamente em linha com aquilo que o Governo autorizou. Em relação à questão do GEOT o senhor Presidente não disse que apresentaria um relatório até ao final do ano, o que disse foi que a Câmara Municipal estava a preparar esse trabalho e contava apresenta-lo ainda este ano. É uma questão de semântica, mas que é bastante importante. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar voltou a usar da palavra e perguntou se o senhor Presidente da Câmara pode esclarecer a questão da Caixa Geral de Depósitos que ficou por responder. -----

----- O senhor Presidente da Câmara voltou a usar da palavra para responder à questão sobre a Caixa Geral de depósitos. Não há nenhuma questão de preconceito em relação à Caixa Geral de Depósitos, simplesmente nas últimas consultas que se fez esta entidade bancária não tem apresentado propostas e a Câmara Municipal partiu do princípio de que não haverá interesse da Caixa Geral de Depósitos e optou por consultar outros bancos. O senhor Presidente lamenta que a Caixa Geral de Depósitos não esteja disponível para apoiar a economia, nomeadamente através do apoio aos Municípios, mas são estratégias. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto três da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara ordinária do dia 18 de março de 2021. -----

-----**PONTO TRÊS: CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO DE MÉDIO E LONGO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE 550.000,00€ (QUINHENTOS E CINQUENTA MIL EUROS) – CENTRO NÁUTICO E PISCATÓRIO DA PRAIA DA VAGUEIRA – MINUTA DE CONTRATO – AUTORIZAÇÃO;** -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal fez uma breve apresentação do ponto, de acordo com informação previamente enviada a todos os membros da Assembleia Municipal, e no final disponibilizou-se para esclarecimentos adicionais. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e referiu que se está hoje aqui a apreciar estes três pedidos de financiamento, este endividamento muito substancial da parte da Câmara Municipal, e há aqui dois “*timings*” que é importante ter em conta. Está-se em final de março, a poucos meses das eleições Autárquicas, a comprometer as próximas Câmaras a estes três projetos, sendo certo que o senhor Deputado concorda que são projetos estruturantes e, portanto, têm todo o apoio do Partido Socialista. No entanto, as coisas são como são, dá-se o caso de estas aprovações serem mesmo no final deste mandato autárquico. Só se está aqui hoje em condições de aprovar estes três empréstimos porque o Governo aprovou em boa altura, aí sim, atempadamente, uma decisão de alterar as regras de endividamento das Autarquias Locais. De facto, esta Lei nº 35/2020, de treze de agosto, aquilo que fez, especificamente, foi alterar as regras de endividamento das Autarquias para dois mil e vinte e dois mil e vinte e um e prorrogar o regime excecional de medidas aplicáveis às Autarquias Locais no âmbito da pandemia da doença COVID19. Aquilo que foi feito por parte do Governo foi ter uma atenção de que, por um lado para animar a economia nacional, por outro lado para fazer face a algumas necessidades das Autarquias, houve aqui um processo excecional. Se fosse nas regras anteriores a Câmara Municipal teria uma capacidade de endividamento de cerca de um milhão de euros e aparece agora, aqui, com os documentos a dizer que tem capacidade de endividamento de cinco milhões de euros. E tem de facto, não porque tenha alterado intrinsecamente as condições de financiamento, mas porque o Governo, em boa hora, alterou as regras, ou seja, fez essa proposta à Assembleia da República e esta, quase por unanimidade, reconheceu que era importante esta alteração. Portanto, isto que se está aqui a ver é, desde logo, o financiamento de obras que são estruturantes para Vagos, mas o que também aqui está a acontecer é a redinamização da economia nacional. Mesmo quando ainda se estava na primeira vaga da COVID 19, e quando as expetativas sobre o impacto económico ainda não eram claras, foram tomadas as medidas que como se vê passados estes meses ainda têm impacto. Em boa hora houve a alteração da lei e se está aqui a dar seguimento a estes três processos de investimento. -----

----- O senhor Deputado Jorge Pereira usou da palavra e referiu que este é, à semelhança dos outros, um empréstimo a vinte anos com uma taxa de juro bastante atrativa, que vai custar aos contribuintes, só em juros, vinte e um mil euros. O grupo municipal do CDS-PP está a focar esta informação nos custos do processo não por uma questão financeira de juros, mas no sentido de responsabilizar o Executivo que este tipo de obras, que concorda serem estruturantes, e este tipo de empréstimos deixam uma pegada substancial nas contas do Município nos próximos executivos e principalmente dos contribuintes Vaguenses. É imperativo que este tipo de investimentos sejam feitos com rigor, tanto ao nível das obras a efetuar como na fiscalização da obra para não se estar daqui por uns tempos novamente em oportunidades falhadas com os empréstimos a decorrer e com as obras, ora com derrapagens financeiras, ora com derrapagens ao nível da qualidade dos

equipamentos que estão a ser financiadas. É lógico que este tipo de obras, a concretizarem-se, vão permitir melhorar, e muito, as estruturas existentes e criar atrações turísticas e melhorar as atrações da Praia da Vagueira que tanto precisa. Entretanto, deixa-se aqui um apelo, ou seja, que a par com todo este investimento que também se pense em desenvolver um plano de ação ao nível do turismo que dinamize a Praia da Vagueira, para além do tradicional mês de agosto. Após a criação deste tipo de estruturas dever-se-iam criar diversas atividades que possam vir a alargar o leque do público alvo que pode visitar a Praia da Vagueira e que para isso traga mais valias para o Concelho. Tudo o que seja para melhorar as condições do Concelho, o Executivo Municipal pode sempre contar com o voto a favor do CDS-PP, que também cá estará para “fiscalizar” todas estas obras. Outra questão, o senhor Presidente falou em quatrocentos e vinte e cinco mil euros na parte não financiada e o senhor Deputado perguntou o porquê do teto de quinhentos e cinquenta mil euros, pois parece uma folga um pouco acentuada. -----

----- O senhor Deputado Juan Martins usou da palavra e reconheceu a importância destes investimentos, referindo-se aos três empréstimos, para o Concelho de Vagos, para o desenvolvimento do turismo, desenvolvimento industrial e para o desenvolvimento das próprias Freguesias. As Freguesias do Concelho irão ter um impacto com estas obras, reconhecido por todos os partidos. São opções e discorda quando o senhor Deputado Óscar Gaspar diz que estão a ser lançadas no final de um mandato, porque são obras já lançadas há bastante tempo, já passaram pela Assembleia Municipal. O que se está a aprovar é o financiamento, é certo, mas os mandatos são para ser cumpridos até ao fim e não há mandatos de três anos e meio, e sim de quatro anos e, portanto, está-se sempre a tempo de se fazer aquilo que deve ser feito. Estas são opções do PSD, opções deste Executivo que faziam parte do programa eleitoral e em boa hora se estão aqui hoje a aprovar financiamentos. Tirando a questão da ZIV, que ficou de fora da tal bazuca do PS, mas que a Câmara Municipal, e bem, não desiste desta obra para bem do desenvolvimento da zona sul do Concelho de Vagos e do próprio Concelho. O Governo faz muitas coisas mal, mas também faz algumas bem e em bom tempo fez esta exceção para os investimentos e para o desenvolvimento do território e, portanto, é de louvar esta atitude do Governo. O Executivo Municipal tem um caminho traçado, este caminho já leva alguns anos e este é o caminho que o PSD escolheu e que prometeu aos munícipes e é isto que está a ser cumprido. O grupo municipal do PSD estará sempre ao lado destas opções e destas existências que sejam para o desenvolvimento do Concelho de Vagos e votará a favor este ponto e o próximo. -----

----- O senhor presidente da Câmara Municipal usou da palavra para responder às questões levantadas pelos membros da Assembleia Municipal. Assim sendo, começou por lembrar que os mandatos são de quatro anos e são para cumprir. Para além disso, até parece, com as insinuações do Partido Socialista, que no início do mandato o Executivo este parado. E dando dois exemplos de obras industriais, que no seu global tem um custo de perto de seis milhões de euros, uma delas a estrada Rines-Sanchequias, que faz ligação ao Parque Empresarial de Ponte de Vagos, e outra que é a qualificação do Plano de Pormenor da Parcela B do Parque Empresarial de Soza. O Executivo não esteve parado até aqui, o que entendeu foi que em relação à questão industrial, por exemplo,

era muito importante ter lotes disponíveis, e não havia. Por isso era importante estruturar o Plano de Pormenor da Parcela B do Parque Empresarial de Soza para poder atrair mais investimento para o Concelho de Vagos. Felizmente, com esse trabalho conseguiu-se atrair a UNIBIKE que está já em fase de laboração. A prioridade do Executivo não foi “abdicar de um filho em prol do outro”, mas foi investir mais naquilo que podia proporcionar um resultado imediato e daí ter feito os investimentos que fez. O Executivo investiu muito dinheiro nos últimos anos em tornar o Concelho competitivo e atrativo para as empresas. O Executivo tem consciência que este tipo de empréstimos deixam um encargo financeiro ao Município, mas é para isso que os empréstimos servem, ou seja, quando não há capacidade financeira para realizar um investimento que é estratégico, poder-se fazer uso desses empréstimos que terão de ser pagos, obviamente, e neste caso a vinte anos. Há também a consciência do trabalho que foi feito em termos financeiros. O senhor Presidente, em tempos, alertou aqui na Assembleia Municipal, quando se iniciou este procedimento dos empréstimos, que indo por este caminho trilhado, que a dívida do Município não continuaria a diminuir à velocidade que estava a diminuir. Esta obra custaria novecentos e setenta e cinco mil euros, de financiamento comunitário estão garantidos quatrocentos e vinte e cinco mil euros. A diferença entre aquilo que é o custo da obra e o valor de financiamento comunitário são os quinhentos e cinquenta mil euros, ou seja, este valor servirá para financiar a parte não financiada pelos fundos comunitários. Em relação à capacidade de endividamento do Município, e a questão deste empréstimo em concreto, não é alterada objetivamente pela Lei nº35/2020, porque já havia uma exceção para as obras que eram cofinanciadas. Contudo, essa lei que permite que os Municípios utilizem a plenitude da sua capacidade endividamento, ou seja, o Governo também não veio dar nada que já não fosse um direito das Autarquias Locais ao abrigo da Lei das Finanças Locais. O que esta lei trouxe de novo foi acabar com uma restrição que havia na Lei das Finanças Locais e depois nos orçamentos de Estado que impedia as Autarquias de utilizar a plenitude da sua capacidade de endividamento e que permitia só recorrer a 20%. Mas, em boa hora que o Governo ouviu alguns Autarcas. Em três de abril de dois mil e vinte numa notícia da RTP, numa transcrição da Lusa, diz o seguinte: “*O Presidente da Câmara Municipal de Vagos, Silvério Regalado, pediu o fim das restrições ao endividamento das autarquias, com o argumento de que daria margem de manobra aos municípios para enfrentarem as consequências económicas da pandemia COVID-19. O autarca venceu que, no futuro próximo, o papel das autarquias será extraordinariamente importante na ajuda à dinamização das economias locais e na injeção de verbas no sector social*”. Argumenta o Autarca Social Democrata à Agência Lusa.” Portanto, aquilo que o Governo decidiu em Agosto já o senhor Presidente havia sugerido em abril de dois mil e vinte e depois fê-lo diretamente à senhora Ministra Alexandra Leitão, que o ouviu com bastante atenção, e obviamente não terá sido só pela opinião do senhor Presidente, mas porque com certeza ouviu outros Autarcas do PS que defenderam o mesmo e daí ter sido dado esta permissão às Autarquias para que no fundo recuperem aquilo que já era delas por natureza e de acordo com a lei das finanças locais. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto quatro da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara ordinária do dia 18 de março de 2021. -----

-----PONTO QUATRO - CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO DE MÉDIO E LONGO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE 1.000.000,00€ (UM MILHÃO DE EUROS) - EIXO PARA A COMPETITIVIDADE – LIGAÇÃO DA ZONA INDUSTRIAL DE VAGOS À A17 – AQUISIÇÃO DE TERRENOS – MINUTA DE CONTRATO – AUTORIZAÇÃO. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal fez uma breve apresentação do ponto, de acordo com informação previamente enviada a todos os membros da Assembleia Municipal, e no final disponibilizou-se para esclarecimentos adicionais. -----

----- O senhor Deputado Juan Martins usou da palavra para realçar que este é um projeto mais abrangente do que propriamente só esta ligação. Esta é uma obra extremamente importante para o desenvolvimento do Concelho de Vagos, que ficou de fora do PRR, da tal bazuca Europeia, infelizmente. É uma obra que está candidatada também através da Comunidade Intermunicipal, e há mais obras deste género, umas aprovadas outras não. É de realçar a não desistência do PSD e deste Executivo desta obra e é importante mostrar aos decisores que Vagos não desistiu desta obra e que avança com todos as dificuldades. É opção do PSD iniciar esta obra porque não se está em tempo de parar ou de esperar mais por esta obra. -----

----- O senhor Deputado Jorge Pereira usou da palavra e referiu que esta é uma obra crucial pela qual se aguarda há vinte anos. Vinte anos de Executivos PSD que vão adiando esta obra. Há constrangimentos, há dificuldades, mas tem de se começar por algum lado e o Executivo está aqui para isso mesmo. Esta é ainda uma fase bastante embrionária, é um milhão de euros que é só para comprar terrenos e não se está sequer a falar da estrada propriamente dita. O processo está no início, pelos vistos já há um projeto que tem alguns anos, mas a verdade é que estes tipos de valores causam alguma admiração, porque o projeto é mais ou menos público, a estrada atravessa caminhos maioritariamente florestais. Um milhão de euros parece um pouco exagerado para este tipo de iniciativa, mas que assim seja e que os terrenos comecem a ser adquiridos para se conseguir avançar com esta obra. Uma pergunta que o senhor Deputado faz era se a Câmara Municipal estava a jogar pelo seguro, a pedir um valor desta dimensão, ou se entende mesmo que o custo estimado dos terrenos será este. Outro ponto que referiu tem a ver com declarações prestadas à comunicação social, permanente lamúria e desresponsabilização deste Executivo daquilo que não faz, isto é, como é que o senhor Presidente queria que este projeto já viesse contemplado no Plano de Recuperação e Resiliência, chamado Recuperar Portugal 2021-2026, se ainda nem sequer tratou da compra dos terrenos. Que garantias é que o Executivo podia dar da concretização da obra se nem o local onde é para ser implementada é propriedade da Câmara Municipal. Fica aquela sensação que o Executivo já está a arranjar desculpas para a obra ficar, outra vez, em “banho maria”. Claro que agora, pelo menos esta parte da compra dos terrenos, com a aprovação do empréstimo, vai-se andar para a frente. Um dos passos fica dado e que seja com sucesso e que esta obra seja uma realidade que vai ajudar bastante, não só para tirar o trânsito do Centro da Vila, mas para aumentar a competitividade das empresas da Zona Industrial que com uma ligação direta à A17 acaba por ser

fulcral no desenrolar das suas atividades. Quanto ao valor da dívida é lógico que terá de aumentar, se há investimento a dívida tem que aumentar, a questão é a aplicação do investimento se é bem feito, ou não, e se no fim, as obras ficam bem feitas e se em todo este processo é gasto e se é bem gasto. -----

----- O senhor Deputado Bruno Julião usou da palavra para, e concretamente sobre este ponto, dar nota de que há muitos anos que está na agenda pública em Vagos e em particular nos programas do Partido Socialista, porque se entende que é uma obra muito necessária e que a Zona Industrial de Vagos precisa de um impulso muito grande. Uma zona que começou com um conjunto de empresas e que nos últimos anos tem sofrido muito com uma série de insolvências e, por isso, é muito importante olhar esta ZI com atenção. Há muito que o Partido Socialista identificou essa oportunidade de acessibilidade para dar um impulso à Zona Industrial de Vagos. É também muito importante manter-se atentos às oportunidades de financiamento. É evidente que não se sabe como é que têm sido apresentadas as propostas, a quem é que foram apresentadas, mas é preciso perceber que muitas vezes a culpa das coisas não serem aprovadas não é só dos outros, é como é que elas são aprovadas e como é que o processo é feito. Tem de se ser muito competente, porque se é para começar a comprar terrenos tem de se levar este processo até ao fim e aquilo que o senhor Deputado começou por perguntar é para quando está previsto concluir a obra. Não vale a pena anunciar compras de terreno sem ter uma expectativa de tempo mais ou menos indicativa do que é que se pretende fazer e que não seja só um anúncio para a comunicação social e que haja uma perspectiva de candidaturas e de tempo que é sempre importante. O senhor Presidente da Câmara foi, no último mandato do Presidente Rui Cruz, Vereador do Pelouro das Finanças e seria interessante conhecer o histórico da dívida desde essa altura e como é que ela evoluiu. Estas coisas não contam para a capacidade de endividamento, mas contam para o endividamento e, por isso, é importante perceber que é preciso que haja resultados concretos. -----

----- O senhor Deputado Nuno Moura usou da palavra e reafirmou que esta é uma obra estruturante para o Concelho de Vagos e que não estará na calha há vinte anos, porque a A17 não tem vinte anos, terá dezassete anos o troço Aveiro-Mira e depois é que foi concluída. Mas, isso agora pouco importa. O que importa é que esta é uma obra que está em cima da mesa e que hoje se está aqui para aprovar um contrato de empréstimo para o *“lançamento da primeira pedra”* e o senhor Deputado espera que na resposta a estas questões o senhor Presidente da Câmara *“não caia na asneira de dizer quando é que prevê fazer a obra”*. O senhor Deputado por vezes fica confuso com as intervenções do Partido Socialista, ou seja, por um lado o senhor Presidente da Câmara não deve falar para além daquilo que é o mandato que lhe é conferido, até ao final do ano, e certamente que até aí a obra não se irá desenvolver, por outro lado, pergunta-se qual é a perspectiva da obra. É certo que a convicção do PSD é de que os Vaguenses vão decidir na continuidade e vão voltar a eleger o PSD para continuar à frente da Câmara Municipal e que esta obra será para realizar durante o próximo mandato. Mas isso pode não vir a acontecer e, portanto, quanto a isso o senhor Deputado defende que o senhor Presidente deve manter reserva. No que respeita aos fundos comunitários muitas vezes o senhor Deputado também fica confuso, e até mesmo como o Partido Socialista, que muitas vezes acusa a

Câmara Municipal ora de não ter obra nenhuma, porque se salvaguarda sempre nos fundos comunitários, ora vem dizer que por vezes há falta de competência na elaboração dos pedidos de fundos comunitários. Convém perceber que este Executivo Municipal uma das coisas que tem feito, e muito bem, é o facto de recorrer permanentemente aos fundos comunitários para que as obras sejam realizadas sem que com isso onere os munícipes de Vagos. Do ponto de vista do PSD o senhor Presidente da Câmara Municipal deve continuar por este caminho, pois, certamente, será o melhor caminho para trazer melhores condições a Vagos sem com isso onerar os munícipes. -----

----- O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para responder às questões colocadas e confessou que ficou um pouco baralhado com a intervenção do senhor Deputado Jorge Pereira. Por um lado, diz que concorda como investimento, mas depois vê-se aqui na dúvida em saber se o empréstimo é bem obtido ou não por causa da qualidade do investimento. O senhor Presidente ficou sem saber se o CDS concorda com este investimento ou não. Independentemente daquilo que seja a opinião do CDS, que o senhor Presidente respeita, esta é uma intenção que o Município e a Assembleia Municipal, através das cores do PSD, têm entendido junto da população que é uma necessidade e daí a decisão de avançar com esta obra. É um compromisso com os cidadãos, avançar com esta obra, e irá ser feita dentro daquilo que são as possibilidades, apesar do mandato difícil que tem sido marcado por uma série de tragédias. Em relação ao PRR, e ao facto de se querer candidatar esta obra sem haver projeto, as coisas não são exatamente assim. A Câmara Municipal tem projeto, esse projeto existe, e é por isso que se está aqui a discutir esta obra e existiu planeamento que está vertido no PDM, que é de dois mil e nove. O PSD lidera Câmara Municipal há vinte anos, e se lidera há este tempo todo é porque os Vaguenses têm confiado na liderança do PSD. A obra está prevista desde o ano de dois mil e nove, entretanto, elaborou-se o projeto e já se executou parte do projeto, ou seja, a Rua das Abelhas teve uma grande intervenção e já foi um investimento feito com base no projeto que existe. A intervenção do senhor Deputado Jorge Pereira, revela um profundo desconhecimento que o CDS tem do PRR, porque o PRR está cheio de obras que não têm sequer projetos, são só intenções ainda do Governo. Além disso, do ponto de vista de planeamento esta obra está prevista no Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes da Região de Aveiro e é um dos seis prioritários na Região de Aveiro. Quanto ao facto de o valor para os terrenos ser muito elevado, uma vez que a estrada coincide sobre um caminho já existente. O caminho já existente é muito curto para aquilo que se pretende fazer. O perfil de via que está definido é o mesmo da Rua das Abelhas, portanto tem a plataforma de circulação automóvel, tem uma vala drenante e tem a ciclovia. Portanto, está-se a falar de um perfil de via com mais de doze metros. Assim sendo, ter-se-á de adquirir os terrenos que estão confinantes com o “Caminho dos Cavaleiros” e depois os terrenos que dão acesso desse às Vergas até à A17. O valor estimado não tem margem. Aliás, pelo contrário, o valor estimado é um milhão e duzentos mil euros e está-se a pedir um empréstimo de um milhão de euros. Em relação à intervenção do senhor Deputado Juan Martins o senhor Presidente está plenamente de acordo. O Executivo tem um planeamento e uma estratégia, e vai implementá-la. Parte desta estratégia já irá ser da responsabilidade do próximo Executivo da Câmara Municipal, pois com certeza, assim como este Executivo ficou com alguns projetos que

outros deixaram. Esta obra é absolutamente transversal, pelo menos por aquilo que se vai ouvindo a todos os Partidos Políticos. Em relação à questão das oportunidades de financiamento, levantada pelo senhor Deputado Bruno Julião, o senhor Presidente alertou de que o senhor Deputado tem conhecimento de como foi elaborado o PRR. O PRR não foi um processo feito da mesma forma como foram feitos vários quadros comunitários de apoio. O PRR é uma coisa unilateral do Governo sem consulta pública. Aliás, a consulta pública que foi feita daquele documento foi feita por obrigação da Comissão Europeia, porque não aceitou que o Governo Português entregasse um documento sem o discutir publicamente. Sobre a forma como este documento foi elaborado o senhor Presidente não tem mais nada a dizer, nada mais a acrescentar, que aquilo que foi dito pela própria Comissão Europeia. O senhor Deputado diz que não pode ser só comprar terrenos, mas o senhor Presidente estava à espera de mais da parte dele e pergunta como é que se implementaram em Vagos projetos como os que estão no Parque Empresarial de Soza? Houve planeamento, foi definido no PDM uma área industrial capaz de acolher projetos daquele género e depois teve de ser feita uma tarefa, que ainda hoje está a ser feita, bastante complicada, a aquisição de terrenos. Só fala assim quem não tem a noção da dificuldade que é o processo de aquisição de terrenos, e está-se a falar de milhares de parcelas que foram adquiridas no Parque Empresarial de Soza, que permitiram que fossem instaladas as unidades que lá estão. O que se está aqui a fazer é a adquirir os terrenos para depois implementar os projetos, que já estão feitos, já estão referenciados a nível regional e já estão orçamentados. A Câmara está preparada para que assim hajam oportunidades de financiamentos comunitários poder candidatar estas obras. Por fim, não deixa de ser curiosa a posição do Partido Socialista que ora afirma quando as obras são financiadas por fundos comunitários, e a Câmara Municipal consegue esses financiamentos, que essas obras não são da Câmara Municipal, mas depois vem aqui à Assembleia Municipal dizer que a Câmara Municipal não tem capacidade de atrair fundo comunitários, o que nem sequer corresponde à verdade. A Câmara municipal tem uma série de obras financiadas e com contratos de financiamento estando muitas delas em execução. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e referiu que o PSD está em campanha, em forte campanha autárquica, mas uma coisa que não vai poder dizer é que o endividamento da Câmara está a cair. O senhor Presidente da Câmara já o disse há pouco, aprovou-se hoje mais três empréstimos e, portanto, o endividamento da Câmara vai aumentar. Outra coisa curiosa nos elementos enviados é que a receita corrente da Câmara aumentou de dois mil e dezanove para dois mil e vinte, mais de um milhão de euros. Num ano tão difícil, tão crítico em termos financeiros para todas as pessoas a verdade é que a Câmara Municipal teve mais um milhão de euros e, por isso, o senhor Deputado pergunta de onde é que veio este dinheiro. Em relação ao PRR uma coisa muito curiosa, isto é, é que ainda não há PRR. O senhor Presidente fala como se soubesse o que é que lá está, mas não sabe porque ele não existe. O que existe foi uma proposta que esteve em discussão pública e teve mais de mil e seiscentas participações da parte da sociedade civil, mas a versão final ainda não há. O que se percebeu é que a Câmara Municipal de Vagos “já atirou a toalha ao chão” e já não está a contar com o PRR para o que quer que seja. O senhor Deputado recorda que o PRR com catorze mil milhões de euros e o quadro financeiro plurianual mais trinta e cinco mil milhões de

euros, isto quer dizer que há instrumentos para reanimar a economia, para ultrapassar não só a crise pandémica, mas também os efeitos da COVID 19 em termos económicos e em termos sociais. -----

----- O senhor Presidente da Câmara voltou a usar da palavra e esclareceu que a receita corrente aumentou em parte pelo cumprimento do Governo nas matérias que assumiu enquanto compromisso com os Municípios, não está a cumprir com tudo mas está a cumprir uma parte mais significativa. A receita corrente está a aumentar, não porque a Câmara Municipal tenha determinado ou a Assembleia Municipal o aumento de impostos. O Município de Vagos tem a taxa de IMI mais reduzida em relação ao Municípios vizinhos. A Câmara Municipal tem criado ferramentas, desde há muitos anos, para que essa receita aumente. Quanto ao PRR ele de facto não existe porque Bruxelas não o aceitou ainda. O senhor Presidente entende o incómodo que existe por parte do Partido Socialista de um documento daquela amplitude ainda estar em discussão e de terem tentado levar a Bruxelas sem discussão pública. O Município de Vagos participou através da CIRA, os onze Municípios da Região de Aveiro apresentaram propostas em conjunto. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**. -----

----- O senhor Presidente da Câmara pediu para usar da palavra e referiu que bem sabe que esta sessão é extraordinária, e por isso, não tem período antes da ordem de trabalho, mas não queria deixar passar sem dizer que esta é a primeira sessão que se realiza sem o Técnico Superior de Informática Nuno Pandeirada, que faleceu recentemente, e quis deixar um agradecimento público ao Nuno por todas as funções que desempenhou ao serviço da Câmara Municipal. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que não tem dúvidas que todos os presentes se associam a estas palavras, pois foi uma grande perda e um momento muito difícil para todos. Tratando-se esta de uma sessão extraordinária, sem período antes da ordem do dia, sendo esse o período próprio, em termos regimentais, para apresentar e votar votos de pesar, tal facto será apresentado na próxima sessão ordinária da Assembleia Municipal. -----

----- Nada mais havendo a tratar, o segundo Secretário, senhor Victor Fernando Santos Neto, procedeu à leitura da minuta da ata da presente sessão. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a minuta da ata à votação tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

----- Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrados os trabalhos desta sessão, quando eram cerca das vinte e duas horas e vinte minutos da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada pelo Presidente da Mesa.

O Presidente, _____.